

BOLETIM 444

Brasília, 5 de outubro de 2017

Brasil fecha 5 mil empresas em apenas um ano

O total de empresas no país caiu 0,1% de 2014 para 2015 com 5 mil empreendimentos a menos, segundo dados da pesquisa Demografia das Empresas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada nesta quarta-feira (4). Em 2015, foram contabilizadas 4,552 milhões de empresas ativas no Brasil.

Nessas empresas, trabalhavam 40,2 milhões de pessoas, sendo 33,6 milhões (83,6%) como assalariadas e 6,6 milhões (16,4%) na condição de sócio ou proprietário. Em comparação a 2014, houve queda de 4,5% no pessoal ocupado assalariado, o que equivale a 1,6 milhão de postos a menos. Esta foi a primeira queda no pessoal assalariado desde o início da série, em 2008, segundo o IBGE.

Os salários e outras remunerações pagos pelas empresas totalizaram R\$ 982,4 bilhões em 2015, com um salário médio mensal de R\$ 2.168,91, o equivalente a 2,8 salários mínimos.

Do total de empresas ativas em 2015, 15,6% (708,6 mil) correspondiam a empresas que entraram no mercado. Por outro lado, saíram do mercado 713,6 mil empresas, o que representa 15,7% do total de empresas no país em 2015. Segundo o IBGE, a taxa de sobrevivência foi a maior da série e registrou valor de 84,4%, representando 3,8 milhões de empresas que continuaram ativas de 2014 para 2015.



As atividades econômicas que mais se destacaram nas entradas de empresas no mercado em 2015 foram comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas com 276,1 mil empreendimentos (39%).

Em 2015, 37,8% das empresas criadas em 2010 ainda estavam ativas no mercado. Nesse período, as atividades que apresentaram as mais altas taxas de sobrevivência foram saúde humana e serviços sociais (54,8%) e atividades imobiliárias (50,8%). A pesquisa indica que a taxa de sobrevivência do comércio está entre as mais baixas no período (36,1%).

Fonte: Agência Brasil

Paim espera reforma da Previdência no próximo governo

Em pronunciamento nesta quarta-feira (4), o senador Paulo Paim (PT-RS) comentou uma carta que ele recebeu da Confederação das Mulheres do Brasil, mostrando o descontentamento das brasileiras em relação às reformas Trabalhista e da Previdência.



Na carta, a instituição relata ao senador que está apreensiva com a aplicação da lei a partir de 6 de novembro, especialmente no que se refere à perda de direitos dos trabalhadores e ao desmonte da Previdência Social.

Paulo Paim ressaltou que, ao contrário do que aconteceu, as reformas sempre são feitas no início dos mandatos, que podem ser renovados ou não, mediante o voto popular.

Ao concordar com a posição da Confederação das Mulheres, o senador declarou que não tem o objetivo de fazer oposição a nenhum governo especificamente, porque vem tratando desses temas ao longo dos últimos 20 anos.

— Eu tenho dito a elas que espero que a reforma da Previdência não aconteça este ano e que o governo eleito, com a força das urnas, pelo voto popular, seja qual for o resultado, e um novo Congresso também, que eles possam então, daí sim, aprofundar o debate sobre a Previdência.

Fonte: Agência Senado

Avançam tratativas para projeto de lei do **custeio sindical** no governo e no Congresso Nacional

Crescem as possibilidades de restabelecimento do custeio sindical, cortado pela reforma trabalhista, cuja lei entra em vigor dia 11 de novembro. As tratativas, pilotadas pelo deputado Paulo Pereira da Silva (SD), o Paulinho da Força, incluem conversas com o presidente

Temer e também Rodrigo Maia, presidente da Câmara, além de lideranças partidárias.

Ontem, dia 3, o assunto avançou. Primeiro, durante encontro informal com Maia. Depois, por volta das 11 horas, em reunião oficial com Temer, no Palácio do Planalto. A promessa do governo é de regulamentação da Contribuição de Negociação Coletiva, com envio do projeto no prazo de 15 dias.

Estiveram com Temer, além de Paulinho, o secretário-geral da Força Sindical João Carlos Gonçalves (Juruna), Sergio Luiz Leite (Serginho), presidente da Federação dos Químicos do Estado de SP, e Paulo Ferrari, que preside o Sindicato dos Trabalhadores em Edifícios de São Paulo. O ministro Antônio Imbassahy, ministro-chefe da Secretaria de Governo, participou da reunião.

Juruna - A Agência Sindical conversou com Juruna. Sua fala:

Custeio - “Explicamos ao presidente que a falta de um mecanismo que garanta o custeio trará graves dificuldades não só para a ação sindical, mas também quanto à própria sobrevivência de muitos Sindicatos”.

Urgência - “Ficou tratado que a matéria será encaminhada por meio de PLC - Projeto de Lei Complementar - em caráter de urgência urgentíssima. Daí a importância de se conversar com Rodrigo Maia e os presidentes de partidos, para não descuidarmos da tramitação da matéria no Congresso Nacional”.

Conteúdo - “O que conversamos sobre o eventual PLC é que seu conteúdo tratará apenas da questão do financiamento sindical”.

Validade - “Uma vez aprovada em assembleia, a taxa da Contribuição será devida por toda a categoria, como se faz num condomínio”.

Distribuição - “O esboço do futuro projeto prevê a distribuição dos recursos também para o sistema sindical, ou seja, Federações e Confederações”.

Fonte: Agência Sindical

Decisão do STF sobre Ficha Limpa pode cassar mandatos de prefeitos e deputados

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que validou nesta quarta-feira (4) a aplicação da Lei da Ficha Limpa para casos anteriores a 2010 pode provocar a cassação do mandato de centenas de vereadores, pelo menos 20 prefeitos, além de deputados estaduais e federais. Ainda não há um levantamento oficial da Justiça Eleitoral sobre a situação dos eleitos, mas os números foram citados pelo ministro Ricardo Lewandowski durante o julgamento.

Diante da situação provocada pela decisão, o alcance do resultado do julgamento deve ser discutido pela Corte na sessão desta quinta-feira (5), motivada pela preocupação do ministro, que proferiu um dos votos contrários a aplicação retroativa.

“Fui informado por um grupo de parlamentares que centenas de vereadores já no exercício do mandato, cerca de 20 prefeitos na mesma situação, alguns deputados federais, incontáveis estaduais podem ter os seus mandatos cassados por esta decisão retroativa,



afetando inclusive o coeficiente eleitoral”, disse o ministro.

Com a decisão do STF, por 6 votos a 5, o entendimento que prevaleceu é no sentido de que é no momento do registro de candidatura na Justiça Eleitoral que se verifica os critérios da elegibilidade do candidato. Dessa forma, quem foi condenado por abuso político e econômico, mesmo que anterior à lei, está inelegível por oito anos e não poderá participar das eleições do ano que vem.

O processo, que tem repercussão geral, e cuja tese se aplicará a centenas de casos que se acumulam na Justiça Eleitoral, foi motivado pelo recurso do vereador Dilermando Soares, de Nova Soure, na Bahia, que foi condenado por abuso de poder econômico e compra de votos em 2004, quando ficou inelegível por três anos, conforme a regra vigente à época. Após a Ficha Limpa, entretanto, ele teve seu registro negado nas eleições de 2012.

Fonte: Portal EBC



CNI: Custos industriais crescem 0,8% no segundo trimestre de 2017

Os custos industriais fecharam o segundo trimestre do ano com crescimento de 0,8%, em relação ao primeiro trimestre, na série livre de influências sazonais, puxados pelos aumentos de 5,8% no custo com produtos intermediários importados; de 3,5% no custo tributário, e de 2,4% no custo com pessoal.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (4) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e fazem parte da pesquisa Indicador de Custos Industriais.

Segundo avaliação da CNI, o crescimento dos custos industriais só não foi maior neste segundo trimestre em razão das retrações no custo com capital de giro, que caiu 7,5% entre um trimestre e outro; da energia, com queda de 1,1%; e com produtos intermediários domésticos, cuja retração foi de 0,9%.

O estudo apurou que o componente que apresentou maior impacto no custo total foi o custo tributário, cujo aumento de 3,5%, associado ao alto peso desse componente no custo total, influenciou para cima o indicador no trimestre.

Selic - O Indicador de Custos Industriais indica que os sucessivos cortes na Selic (a taxa básica de juros), que vêm sendo promovidos pelo Banco Central (BC) reduziram os custos do capital de giros neste segundo trimestre do ano, uma vez que vêm sendo repassados às empresas, e tem contribuído para a contenção dos custos industriais totais.

Fonte: Agência Brasil

Custo da cesta básica cai em 20 capitais em setembro, segundo o Dieese

A cesta básica ficou mais barata em setembro em 20 das 21 capitais brasileiras analisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada nesta quarta-feira (4), as reduções mais expressivas no custo da cesta básica ocorreram na região Nordeste do país: Maceió (-5,22%), Fortaleza (-4,85%) e João Pessoa (-4,62%). A única alta ocorreu em Campo Grande (1,17%).

A cesta básica mais cara é a encontrada em Porto Alegre, ao custo médio de R\$ 436,68, seguida por São Paulo (R\$ 421,02) e Florianópolis (R\$ 419,17). Já as mais baratas são as de Salvador (R\$ 318,52), Natal (R\$ 323,90) e Recife (R\$ 328,63).

Considerando a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve suprir as necessidades de uma pessoa e de sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o salário mínimo, em setembro, deveria ser de R\$ 3.668,55, valor 3,92 vezes superior ao mínimo atual de R\$ 937.

Fonte: Agência Brasil



Descumprimento da Lei Maria da Penha pode passar a ser crime

Projeto que torna crime o descumprimento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) avançou mais uma etapa na tramitação nesta quarta-feira (4). O texto, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estabelece que, por desobediência à decisão judicial, o infrator seja punido com pena de detenção de três meses a dois anos. O PLC 4/2016 segue para decisão final do Plenário.

As medidas protetivas podem ser impostas por juízes para proteger mulheres vítimas de algum tipo de violência doméstica ou familiar. O objetivo principal é afastar o agressor do lar ou do local de convivência com a mulher. Normalmente, o magistrado também fixa um limite mínimo de distância entre o agressor e a vítima. Entre as medidas, inclui-se também suspender ou restringir o direito do agressor ao porte de armas, caso ele disponha dessa licença.

Como havia divergências nas decisões dos juízes, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou o entendimento de que o descumprimento de medida protetiva não é conduta penal tipificada. Nessas condições, não ocorreria o crime de desobediência à ordem judicial, o que impede na prática, por exemplo, a prisão em flagrante do agressor que contrariar decisão judicial para que se mantenha distante da vítima.

Fonte: Agência Senado

INSS: aposentadoria agora pode ser por telefone

Cinco mil segurados em todo o país já podem se aposentar por idade com apenas um telefonema, sem precisar ir a uma agência do INSS, informou o presidente do órgão, Leonardo Gadelha.

Os segurados autorizados a ter o benefício por telefone, sem precisar sair de casa, foram comunicados por cartas e, caso queiram aceitar a aposentadoria, devem confirmar o interesse com uma ligação para a central 135, conforme previsto nas regras da concessão automática.

O instituto prevê oferecer essa possibilidade para todos os segurados com informações cadastrais consideradas completamente corretas, inclusive para concessão de outros benefícios, como a aposentadoria por tempo de contribuição.

Agência Digital - A agência inaugurada em Biritiba Mirim será a primeira a trabalhar apenas com documentos digitalizados, ou seja, sem manter arquivos em papel, originais ou cópias, de carteiras profissionais, carnês de recolhimento e outros documentos dos segurados, segundo o superintendente do INSS em São Paulo, José Carlos Oliveira. "A agência nasce digital. O segurado não vai precisar trazer cópia de documentos."

O sistema de digitalização de processos também permitirá ao INSS instalar postos de atendimento em grandes empresas e sindicatos, possibilitando concessões de benefícios nesses locais. Em SP, bancos e montadoras de veículos deverão ser os primeiros a adotar o novo modelo.

Fonte: Folha Online



Acordo entre INSS e sindicatos deve agilizar aposentadoria

Cerca de 500 mil trabalhadores paulistas de quatro categorias profissionais terão a opção de pedir aposentadoria e outros benefícios diretamente aos seus sindicatos, sem precisar encarar meses de espera por atendimento da Previdência Social.

Os primeiros sindicatos a assinarem os acordos de cooperação com o INSS são: Sindpd (trabalhadores de tecnologia da informação), Sinpro-SP (professores de escolas privadas), SindMetal (metalúrgicos de Osasco e região) e Saesp (administradores do Estado de São Paulo).

O atendimento aos associados dessas entidades deverá começar a funcionar até o final deste ano, beneficiando imediatamente 228 mil trabalhadores já sindicalizados. Se considerados aqueles que ainda não estão filiados, poderão ser atendidos até 513 mil profissionais, de acordo com as entidades.

O segurado que optar por solicitar a aposentadoria diretamente ao sindicato terá a documentação digitalizada por um profissional treinado pelo INSS. As imagens serão enviadas para técnicos do órgão, que farão a análise para uma eventual concessão.

Estratégia - Os acordos de cooperação fazem parte da tentativa do INSS de aumentar as opções de atendimento e, ao mesmo tempo, reduzir a espera para concessão de benefícios. Um segurado que pede uma aposentadoria por tempo de contribuição ao INSS espera, em média,



165 dias pelo resultado. Para a aposentadoria por idade, a espera média é de 116.

A ajuda ao trabalhador que pretende se aposentar já é oferecida por alguns sindicatos aos seus associados. Os novos acordos de cooperação com o INSS deverão, no entanto, melhorar essa prestação de serviço devido à integração com os sistemas da Previdência Social.

Nos sindicatos onde já existe a assessoria previdenciária, os associados recebem ajuda para enviar seus documentos ao INSS. Mas o serviço não é integrado, explica Antonio Fernandes dos Santos Neto, presidente do Sindpd (Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo). Além de sindicatos, os acordos de cooperação serão estendidos a grandes empresas e associações. A ideia é desburocratizar o processo para que a concessão dos benefícios saia mais rápido.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)